

Jornal Negócios

03-01-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Negócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 12747

Temática: Justiça

Dimensão: 4861 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4 a 7

Será este o princípio do fim para Isabel dos Santos?

“As minhas empresas foram condenadas à morte”, diz a empresária em entrevista.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7



Miguel Baltazar

Será este o “princípio do fim” para Isabel dos Santos?

O conflito entre o Estado angolano e Isabel dos Santos está para durar. O desfecho pode ser a nacionalização dos bens da empresária ou um acordo entre as partes, como aconteceu com Jean-Claude Bastos.

CELSO FILIPE

cfilipe@negocios.pt

“O princípio do fim.” É assim que uma fonte conhecida do processo classifica a decisão do Tribunal Provincial de Luanda de decretar o arresto das participações que Isabel dos Santos tem em empresas angolanas, assim como das suas contas bancárias, uma medida extensiva ao seu marido, Sindika Dokolo, e a Mário Leite Silva, gestor de confiança da empresária.

Em traços gerais, o Tribunal de Luanda deu como provada a alegação do Ministério Público de que a empresária deve 1,1 mil milhões de dólares (980 milhões de euros) ao Estado angolano, circunstância que fundamentou o despacho de arresto.

Ainda assim, sabe o Negócios, estão em marcha iniciativas de diplomacia informal no sentido de tentar uma reaproximação entre as partes, em particular entre o atual chefe de Estado, João Lourenço, e o seu antecessor, José Eduardo dos Santos, que se en-

contra em Barcelona. Estas diligências têm sido protagonizadas por Carlos Feijó, ex-governante, professor catedrático de Direito e coordenador da Constituição da República de Angola, o qual tem relações de proximidade com ambos, mas por enquanto sem resultados concretos.

Para já, as palavras conhecidas de José Eduardo dos Santos são as que foram proferidas por Isabel dos Santos a 1 de janeiro, comentando a atual situação. “O meu pai acredita que em Angola tem de vencer a verdade. O que ele me disse foi: a luta continua, muita coragem.”

Estado vai querer vender posições

Neste contexto, o despacho do tribunal, conhecido a 30 de dezembro de 2019, é o mais recente desenvolvimento numa série de litígios continuados entre o Estado angolano e Isabel dos Santos, que começaram logo a seguir à tomada de posse de João Lourenço como Presidente de Angola, a 26 de agosto de 2017. Lourenço exonerou Isabel dos Santos da liderança da Sonangol em novembro desse ano.

“O Estado não vai ficar com as posições dela nas empresas. Em princípio, depois de ganhar a cau-

sa em tribunal, vai aliená-las a outros investidores. Na Unitel, por exemplo, fica aberta a porta para desbloquear a questão da presidência, que se arrasta desde a última assembleia-geral, com o braço de ferro de Isabel dos Santos e do general Leopoldino Fragoso do Nascimento contra a Sonangol e os brasileiros da Oi”, explica a mesma fonte.

Entre as participações arrestadas pelo Tribunal de Luanda, além da Unitel, contam-se as nos bancos BIC e BFA, Zap Media, Cimangola II SA, Condis - centros comerciais Candando, Continente Angola e Sodiba, distribuição de bebidas.

Isabel dos Santos contestou a decisão logo a 31 de dezembro, sublinhando não ter sido ouvida pelo tribunal. “Este despacho-sentença é resultado de um julgamento de uma providência cautelar, que ocorreu sem conhecimento das partes, de forma aparentemente arbitrária e politicamente motivado. Não compreendendo nem se podendo conformar com este enquadramento num Estado de direito democrático como é Angola, Isabel dos Santos pretende opor-se a cada uma destas alegações em sede e tempo próprio nos termos estabelecidos na lei angolana”, lê-se num comunicado datado desse dia.

Contudo, segundo a explicação



Isabel dos Santos e Sindika Dokolo têm optado por uma estratégia de litigân-

de um constitucionalista angolano, este arresto de bens “é uma providência cautelar em que se dispensa o contraditório se existir o perigo de se gorar o efeito da providência. O que quiser alegar e provar será no âmbito da ação principal que lhe haverá de ser movida no prazo de 30 dias a partir do arresto. Se tal ação não for instaurada, o arresto extinguir-se-á e os bens voltarão à sua posse.”

Gestões amarradas, despacho frágil

Para já, o Estado angolano tomou a dianteira, tendo constituído como fiéis depositários das participações de Isabel dos Santos e Sindika Dokolo as administrações das respetivas empresas e o Banco Nacional de Angola. “Isso obriga as empresas a funcionarem

Angola pode avançar para uma “iniciativa legislativa” que lhe permita nacionalizar as empresas de Isabel dos Santos.



om o Estado angolano. A resposta tem sido na mesma moeda.

normalmente, não comprometo o emprego, e amarra-as de qualquer decisão lesiva ao Estado”, afirma uma fonte contactada pelo Negócios. Já outra fonte, um advogado conhecedor dos meandros de Angola, considera que o despacho é “frágil”, estranha que o Ministério das Finanças não tenha sido constituído como fiel depositário das participações e prevê que este processo seja “impugnado até ao Constitucional” por parte de Isabel dos Santos. A não ser que o Governo opte por uma “iniciativa legislativa” no sentido de nacionalizar esses bens.

Pressionar para chegar a acordo

Esta opção do Tribunal Provincial de Luanda de arrestar os

bens de Isabel dos Santos está longe de ser consensual. Segundo os defensores da mesma, a empresária fica agora com uma “reputação fortemente chamuscada nos mercados internacionais” e isso irá fragilizá-la em definitivo. Para os críticos, o despacho poderá ter o efeito de causar “instabilidade em potenciais investidores”.

Outros analistas, salvaguardadas as distâncias, traçam um paralelo entre este despacho-sentença e o processo que envolveu Jean-Claude Bastos, o qual foi preso, acusado dos crimes de associação criminosa, recebimento indevido de vantagem, corrupção e participação económica em negócios no âmbito de uma investigação ao Fundo Soberano de Angola, liderado por José Filomeno dos Santos.

Jean-Claude Bastos foi detido em setembro de 2018 e libertado em março de 2019, depois da empresa a que pertencia, a Quantum Global, ter devolvido 490 milhões de dólares (436 milhões de euros) ao Estado angolano.

Neste quadro, o processo desencadeado pelo Tribunal Provincial de Luanda poderá conduzir a um processo negocial entre as partes, que será demorado e complexo, visando que Isabel dos Santos coloque em Angola a totalidade ou parte do dinheiro reclamado pelo Estado, que em contrapartida devolverá as participações arrestadas.

Como num jogo de xadrez, todas as jogadas são importantes e ambas as partes têm trunfos escondidos, mas não há dúvida de que neste momento Isabel dos Santos é o elo mais fraco. ■

PROTAGONISTAS

Personalidades fortes em conflitos cruzados

O Estado angolano e Isabel dos Santos vivem em conflito desde que João Lourenço tomou posse como Presidente de Angola em agosto de 2017. A empresária vive numa espécie de exílio, mas ainda não baixou as armas, apesar das acusações de que é alvo.



SINDIKA DOKOLO
Empresário

A 19 de dezembro o marido de Isabel dos Santos processou a diamantífera angolana Sodiam, exigindo uma indemnização por “ter destruído o valor económico” do seu investimento na joalheria De Grisogono. A ação foi vista como hostil pelo Estado angolano.



ANA GOMES
Ex-eurodeputada do PS

Isabel dos Santos pôs Ana Gomes em tribunal por ofensa ao seu bom nome e reputação, por estar dito que a empresária angolana usava Portugal para “lavar dinheiro”. A decisão do Tribunal Provincial de Lunda ajuda à narrativa da ex-eurodeputada.



JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS
Ex-presidente de Angola

Os processos que envolvem os seus filhos, José Filomeno dos Santos e Isabel dos Santos, desembocam no ex-presidente, que terá dado conforto às decisões e negócios de ambos. Um quadro que o fragiliza de forma óbvia.



RAFAEL MARQUES
Ativista angolano

Rafael Marques é há muitos anos uma das vozes mais ativas no ataque à família dos Santos e mantém uma longa contenda com Isabel dos Santos. Ao Observador classificou José Eduardo dos Santos como o “padrinho da corrupção em Angola”.



LEOPOLDINO FRAGOSO DO NASCIMENTO
General e acionista da Unitel

É um dos indefetíveis da família dos Santos e aliado de Isabel dos Santos na Unitel. Segundo o tribunal, a empresária tentou transferir 10 milhões de euros para a Rússia usando o general Dino. Isabel dos Santos desmente.



JOÃO LOURENÇO
Presidente da República

Chegou ao poder e ganhou o título de “exonerador implacável”. A forma como tem afrontado a família dos Santos garante-lhe apoios relevantes, tanto no país como no plano internacional. O seu maior objetivo é o de garantir o repatriamento de capitais.

ISABEL DOS SANTOS EMPRESÁRIA

“As empresas foram condenadas à morte”

Isabel dos Santos diz que a decisão do Tribunal de Luanda de arrestar os seus bens é um acerto de contas contra a sua família e “visa mascarar o fracasso” da política económica do atual presidente, João Lourenço.

CELSO FILIPE

cfilipe@negocios.pt

MIGUEL BALTAZAR

Fotografia

Isabel dos Santos, em entrevista por escrito ao Negócios, diz que as suas empresas em Angola foram condenadas à morte com a decisão de arresto dos seus bens. Diz também que este caso visa “mascarar” o fracasso da política económica do presidente João Lourenço.

Diz que este despacho é politicamente motivado. Pode identificar quais são e o porquê desses motivos?

O direito à propriedade está consagrado na Constituição Angolana, e deve-se notar que desde o final da guerra, é a primeira vez que esse direito foi violado de maneira tão assumida, recorrendo a mentiras, num ataque politicamente motivado, pelo simples e único facto de filiação ao ex-presidente da República, José Eduardo dos Santos. Foi com grande consternação que descobri que um julgamento secreto foi realizado em total sigilo, sem que os nossos advogados ou diretores de minhas empresas fossem informados do procedimento. Condeno totalmente esta medida política em questão, que viola todas as leis prescritas. Particularmente, discordo do fato de ter sido confrontada por acusadores sem me ter sido dada a oportunidade de responder às acusações falsas feitas contra mim. Não houve qualquer recurso a uma defesa que teria apresentado a verdade com base em fatos documentados. Depois de ler este julgamento sumário, fica claro que contém várias inverdades e que se tivesse sido ofere-



cida a oportunidade de um processo legal justo e aberto, teria sido fácil de desmontar tais inverdades. No entanto, dada a maneira secreta como qual esse procedimento foi realizado e à ausência de processos de defesa, foi permitido ao Ministério Público apresentar documentos fabricados e testemunhos falsos ao Tribunal.

Vai responder ao despacho sentença através de procuração ou conta ir a Luanda fazê-lo pessoalmente? Porquê?

O congelamento de contas impede-me de gerir e de recapitalizar as minhas empresas. Como tal, as empresas foram condenadas à morte. Acredito que é importante reiterar que criei mais de uma dúzia de empresas em Angola que hoje empregam mais de 10.000 pessoas. Diante dessa tentativa de espoliação, incentivei as

minhas equipes e todas as famílias ligadas ao destino de minhas empresas a não cederem à dúvida nem ao desânimo. Para garantir que a verdade prevaleça, lutarei com a calma, com o profissionalismo que sempre marcou o meu percurso, e com o compromisso e a disciplina que sempre estiveram no cerne do nosso sucesso e das nossas empresas. Pela grande responsabilidade que temos pelas dezenas de milhares de empregos e famílias que deste dependem, usarei todos os instrumentos do direito angolano e internacional à minha disposição para fazer prevalecer a verdade.

Como é que encara a possibilidade do Estado angolano avançar com uma iniciativa legislativa que conduza à nacionalização dos seus bens empresariais?

Não existe precedentes de nacionalização desde a revolução em Angola que pôs fim à época colonial e culminou com a declaração da independência. Seria assim o primeiro caso. Desconheço assim a existência de um quadro legal ou jurídico em Angola que permita a nacionalização.

De que forma este despacho está a afetar os seus negócios e a sua reputação?

Trabalharemos no sentido de esclarecer e informar a verdade, e retificar as inverdades e falsas acusações que estão a ser feitas. Estamos em contacto com os nossos parceiros e instituições para esclarecer estas circunstâncias, trata-se de um ataque político, sem fundamento jurídico, com factos fabricados. Este julgamento sugere que, a partir de agora, o sistema de justiça não hesitará em abusar dos seus propósitos e poderes e poderá tornar-se num muro de injustiças. Tudo isso não aponta para um futuro brilhante para o estado de direito em Angola. Ignorar os direitos de defesa que são a base fundamental de qualquer sistema de justiça credível ilustra o ressurgimento da arbitrariedade em Angola. Além do desejo de acertar as contas contra minha família, este caso visa essencialmente mascarar o fracasso de uma política económica defeituosa iniciada pelo executivo do presidente João Lourenço após a saída do presidente dos Santos do poder.

Como é que avalia a possibilidade de uma intervenção pública do seu pai no sentido de normalizar as relações entre o Estado angolano e a família dos Santos?

O ex-presidente José Eduardo dos Santos contou com o apoio total da maioria do povo angolano ao longo de seu longo período de liderança, e venceu com maioria absoluta três eleições democráticas gerais consecutivas. José Eduardo dos Santos era um líder democrático e que trouxe a paz um país devastado pela guerra durante mais de 30 anos. De sua própria vontade se retirou da vida política, fez uma transição pacífica, o que é muito incomum em África. ■

“O congelamento de contas impede-me de recapitalizar e gerir as minhas empresas.”

Galp, o mesmo negócio com duas versões

A Sonangol e Isabel dos Santos partilham uma posição na Galp através da Esperaza. O Estado angolano diz que a empresária não pagou a sua parte, em dólares, como previsto. Ela garante que cumpriu.

CELSO FILIPE
cfilipe@negocios.pt
RITA ATALÁIA
ritaatalaia@negocios.pt

Isabel dos Santos pagou, ou não, a posição acionista que detém na Galp através da Exem e está parqueada na holding Esperaza? A empresária garante que sim, o Tribunal Provincial de Luanda afirma que não, tendo sido esse um dos motivos evocados no despacho de arresto de bens.

Segundo o tribunal, a Exem Energy comprometeu-se a devolver à Sonangol o valor correspondente a 40% do capital que detinha na sociedade, correspondente a 75 milhões de dólares. "Isabel dos Santos, nas vestes de presidente da Sonangol, nas vésperas da sua exoneração [novembro de 2017], autorizou que a empresa Exem procedesse à devolução dos valores em dívida, porém em kwanzas (...)", descreve o tribunal, acrescentando que o novo conselho de administração liderado por Carlos Saturnino "procedeu à devolução do valor e exigiu que o pagamento fosse feito na moeda convencional [dólares]", o que não aconteceu.

Isabel dos Santos responde e diz que "85% do investimento da Esperaza foi financiado por um conjunto de linhas de crédito bancário, sem garantias da Sonangol, nem garantias de petróleo, apenas com as ações como garantia".

De acordo com a empresária, o pagamento em kwanzas feito em julho de 2017 aconteceu a pedido do presidente da comissão executiva da Sonangol, Paulino Jerónimo, devido ao facto de a empresa se encontrar numa "situação financeira crítica". Isabel dos Santos sublinha que o investimento na Galp é o "mais rentável na história da Sonangol". ■



Carlos Saturnino devolveu o pagamento em kwanzas de Isabel dos Santos.

CMVM e Banco de Portugal estão atentos

A CMVM e o Banco de Portugal (BdP) estão atentos à decisão do tribunal angolano que decretou o arresto dos bens de Isabel dos Santos. A entidade liderada por Gabriela Figueiredo Dias disse, citada pela Lusa, estar "a acompanhar as implicações" da decisão, "designadamente no que respeita a eventuais obrigações de prestação de informação ao mercado por entidades nacionais". A empresária detém participações em Portugal em setores como energia (Galp e Efacec) e telecomunicações (Nos). Na banca, tem uma posição de 42,5% no Eurobic. perante este facto, o BdP refere "considerar todos os factos novos que possam ser relevantes para efeitos de avaliação/reavaliação da adequação" de qualquer pessoa que exerça funções de administrador ou seja acionista de instituições por si supervisionadas.

Depois da recessão, a expectativa é que Angola volte a crescer

O Governo angolano e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estimam que a economia volte a crescer este ano, em torno de 1%, depois de dois anos de contração económica.

Em dezembro, depois da última missão ao país, o FMI piorou a estimativa económica para 2019 e 2020. Se inicialmente previa uma ligeira recuperação económica no conjunto do ano passado (em 0,3%), agora a estimativa é que a economia tenha encolhido 1,1%. Já em 2018 o PIB de Angola tinha recuado 1,2%.

No entanto, o FMI antecipa que a economia angolana comece a recuperar este ano, antevendo que cresça 1,2%.

Embora continue a prever uma variação positiva, a estimativa mais recente do fundo, que está a acompanhar o país desde 2018 e tem como objetivo tornar a economia angolana menos dependente do petróleo, foi revista fortemente em baixa. Anteriormente, a missão do FMI antecipava que Angola crescesse 2,8%.

Perante estes números, o Governo diz que está a analisar as estatísticas de 2019 e a refinar a programação para 2020, o que permitirá uma

melhor avaliação da previsão de 1,8% que mantém para este ano para a variação do PIB.

Com o desemprego a rondar 30% da população ativa, a inflação nos 20% e a dívida próxima dos 100% do PIB (a estimativa do Fundo é que em 2020 fique nos 102% do PIB angolano), a equipa de missão admite que persistem "riscos significativos" de revisão em baixa das previsões económicas. Em causa estão sobretudo a volatilidade dos preços do petróleo, as tensões comerciais globais, os aumentos rápidos no rácio da dívida face ao PIB, entre outros.

"Apesar do progresso notável continuam a existir grandes desafios. A estabilização da economia é o objetivo principal", afirma o chefe da missão a Angola. "O Governo vai precisar de encontrar formas de suavizar os impactos da transição [para uma economia menos dependente do petróleo] para os mais vulneráveis", defende Mário de Zamaróczy.

Fim do subsídio ao combustível compensado

Para o início de 2020 está prevista a retirada do subsídio aos derivados de petróleo, que continua a ser estudada pelo Governo de Angola.

De acordo com a agência financeira Bloomberg, os subsídios têm aumentado a pressão sobre o orçamento, estimando-se que tenham custado cerca de 343 milhões de euros em 2019. No entanto, o fim deste subsídio só será aplicado em simultâneo com um programa de transferências sociais para as famílias mais vulneráveis, que deve atingir um milhão de famílias até meados deste ano. ■

SUSANA PAULA

O fim do subsídio ao petróleo deve avançar em 2020, em simultâneo com um apoio para famílias.